

editorial
editorial
entrevista
interview
ágora
agora
tapete
carpet
projeto
project

expediente
credits
próxima v!rus
next v!rus

V!23
REVISTA V!RUS
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x
dezembro . december 2021



ENTREVISTA
INTERVIEW

A DEPENDÊNCIA E O SUL DEPENDENCY AND THE SOUTH

PT | EN

Diógenes Moura Breda é graduado em Ciências Econômicas, Mestre em Estudos Latino-americanos e Doutor em Desenvolvimento Econômico. Desenvolve pesquisas sobre Teoria marxista da Dependência, Teoria do Valor, teorias do comércio internacional, cadeias globais de valor e Economia política da ciência e da tecnologia. diobreda@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0565142103663323>

Marcelo Tramontano é Arquiteto, Mestre, Doutor e Livre-docente em Arquitetura e Urbanismo, com Pós-doutorado em Arquitetura e Mídias Digitais. É Professor Associado do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição. Coordena o Nomads.usp e é Editor-chefe da revista VIRUS. tramont@sc.usp.br

<http://lattes.cnpq.br/1999154589439118>

Como citar esse texto: BREDÁ, D. M.; TRAMONTANO, M. A dependência e o Sul. **VIRUS** n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=2&item=1&lang=pt>>. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ENTREVISTA REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2021

Marcelo Tramontano: Muito obrigado, Diógenes, por aceitar nosso convite. A primeira questão que gostaríamos de abordar com você é a noção de Sul Global, que advém de uma sucessão de nomenclaturas, como Terceiro Mundo, Países em Desenvolvimento, e que, obviamente, também se inscreve na relação centro/periferia. Parece-me importante nos perguntarmos quem formula essas categorizações e a quem elas interessam. Particularmente, a categoria Sul Global, reúne países com histórias, culturas e perfis sócio-político-econômicos totalmente distintos, e inclui a China. Esta é outra questão sobre a qual também gostaríamos de ouvir você: a relação entre a China e o Sul Global e sua atuação como partícipe desse bloco. É interessante pensar em como o país se insere em uma nova ordem mundial que se desenha atualmente, como uma nova polaridade para além dos Estados Unidos e da União Europeia, em especial com seu projeto das Novas Rotas da Seda. O que é, afinal, o Sul Global, diante desse presente e de novos possíveis futuros?

Diógenes Moura Breda: Surpreendeu-me um pouco a chegada do termo Sul Global à literatura acadêmica, dentro de um campo de esquerda de pesquisas sobre a América Latina, tanto marxistas, quanto pós-coloniais e decoloniais. Talvez tardiamente, mas eu li esse termo, pela primeira vez, no livro "*Imperialism in the Twenty-First Century: Globalization, Super-Exploitation, and Capitalism's Final Crisis*", do marxista estadunidense John Smith. Esse livro está circulando bastante mas ainda não tem tradução para o português. Ele ajuda a entender o imperialismo, as transferências de valor, e as formas de exploração da força de trabalho entre Sul e Norte.

Até então, os termos mais usados para se referir a esses países, no meu campo de pesquisa, são a categorização entre países dependentes e imperialistas, mas também a polarização centro-periferia, ou centro, semi-periferia e periferias. Esses termos também são utilizados por autores da teoria do Sistema Mundo, como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, que também não utilizam Sul Global. Fiquei então tentando entender a efetividade de um conceito novo como esse, de um Sul Global *versus* um Norte Global, o que ele de fato mobiliza ou em que ele avança em relação aos outros conceitos que já vinham sendo utilizados. Eu ainda não tenho todas as respostas. Mas, como a ideia de Sul Global surge com os estudos pós-coloniais nos Estados Unidos, acho que o primeiro cuidado que devemos ter sobre essas categorizações que nos incluem – a periferia latino-americana – é examinar como elas se constroem e quem as constrói.

Obviamente, o conceito de Sul Global não se refere às noções geográficas de Sul e Norte, mas do lugar ocupado pelos vários países na divisão internacional do trabalho. Esse conceito me parece ter a virtude de mostrar a diferença entre um centro desenvolvido – o Norte Global –, composto principalmente por Estados Unidos e Europa Ocidental, e também, digamos assim, por suas anexações desenvolvidas, como a Austrália, Canadá, Japão, etc., e um Sul Global, formado por um conjunto muito heterogêneo de países. Temos nele os países africanos, muitos ainda em uma etapa neocolonial muito explícita, onde o próprio desenvolvimento de um Estado nacional sequer chegou a se efetivar, e por isso ainda abrigam disputas de grupos políticos por hegemonia interna. Temos também países que ocupam um lugar intermediário, como é o caso de Brasil, Argentina, México, que percorreram um caminho de regressão, do ponto de vista da sua inserção na divisão internacional do trabalho. E temos, ainda, países que poderíamos chamar de potências ascendentes, caso principalmente da China, que, por um lado, disputa hegemonia em muitos aspectos com os Estados Unidos, mas também mantém relações com os demais países desse Sul Global – do ponto de vista dos investimentos, da busca de fontes de matéria-prima, da busca de recursos estratégicos – que lembram estratégias dos países do chamado Norte Global.

Eu me pergunto sobre a validade de se estabelecer um conceito como esse. Mas enfim, o conceito já está estabelecido, inclusive dentre os próprios marxistas, e de alguma forma se consolidou. Eu ainda prefiro a ideia de países dependentes aliada à ideia de centro imperialista, semiperiferias e periferias dependentes. Porque existe uma hierarquia na divisão internacional do trabalho: dentro do modo de produção capitalista, no capitalismo mundializado, os países cumprem papéis diferentes na reprodução do capital. Essa não é uma ideia nova. Mas se quisermos pensar numa genealogia da ideia de América Latina como periferia em relação ao centro, deveríamos voltar, pelo menos, ao próprio processo de independência da América Latina, com Bolívar, Artigas e José Martí. Trata-se de um processo cheio de contradições, obviamente, com a ideia da criação de uma Pátria Grande, do ponto de vista de Artigas, e de uma Nuestra América, do ponto de vista de Martí. "Nuestra" América em relação à outra América, à América do Norte.

Dentre os pensadores desse processo de dependência, Martí e os haitianos Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines talvez já tivessem vislumbrado a posição econômica subordinada de uma periferia – nesse caso, a América Latina –, assim como a impossibilidade de se analisar essa região usando conhecimentos produzidos nos centros imperialistas. Encontramos essa compreensão tanto em Simón Bolívar, como em seu tutor, Simón Rodrigues, com a ideia de "ou inventamos ou erramos", e também em José Martí, que viveu nos Estados Unidos e que escreveu, em suas últimas cartas, algo como "vivi nas entranhas do monstro e sei o que lá é produzido, sei como se produz esse conhecimento.". Ou em Toussaint Louverture e Dessalines, sobre a revolução haitiana, quando afirmam que o mote "liberdade, igualdade e fraternidade, construído em uma Europa ilustrada, não nos serve aqui.". Além disso, como disseram Aimé Césaire e Frantz Fanon, a ideia de liberdade, igualdade e fraternidade encobre uma escravidão justificada, inclusive por muitos próceres da Revolução Francesa. Esta compreensão de centro e periferia já vem de antes, tem uma certa genealogia e vai ganhando corpo teórico ao longo do tempo.

A autora argentina Alcira Argumedo, que faleceu recentemente, estudou esse processo. Ela escreveu o livro "*Los silencios y las voces en América Latina: notas sobre el pensamiento nacional y popular*". Alcira foi uma socióloga, grande pesquisadora da Universidade de Buenos Aires, e trabalhou com frequência com o cineasta argentino Pino Solanas, que também faleceu há pouco tempo. Ela tem um argumento interessante, segundo o qual o pensamento europeu se legitima no fato de ele supostamente advir dos centros mais ilustrados de pesquisa, de produção do conhecimento e de filosofia moderna ocidental. Já na América Latina, o conhecimento a respeito de nós mesmos foi forjado nas lutas, mas é rejeitado por não ser suficientemente teórico, considerado apenas como um pensamento político, não articulado do ponto de vista acadêmico. Porém, para Argumedo, é a partir dessa matriz política e emancipatória da América Latina, legível em vários documentos como cartas, manifestos, etc., que seria possível encontrar uma genealogia do pensamento latino-americano. É óbvio que esse conhecimento vai posteriormente ganhar corpo nas universidades, mas há aí uma matriz. Após essa matriz, digamos, independentista, ocorre um processo – igualmente contraditório – de modernização dos Estados nacionais, no qual um pequeno extrato de uma burguesia nascente de alguns países, como Brasil, México e Argentina, tem interesse em afirmar projetos nacionais. Esse processo de

construção de Estados-nação tem lugar no pós-crise de 1929, diante de um campo internacional aberto, dada a crise mundial.

É esta a ideia de centro e periferia proposta pela CEPAL, um órgão da ONU, criado em 1948. É interessante porque era o momento em que a ONU estava impulsionando uma teoria do desenvolvimento econômico por etapas, à la Rostow, na qual o subdesenvolvimento era uma etapa anterior à do desenvolvimento, considerado, por sua vez, como algo que poderia ser alcançado. A CEPAL vai, no entanto, se contrapor a essa ideia, sustentando que o subdesenvolvimento faz parte do mesmo processo, que ele é a outra face do desenvolvimento. É óbvio que ela faz isso em termos de uma teoria ainda dentro dos esquemas tradicionais de um *establishment* keynesiano heterodoxo. Mas, mesmo sem pular para um pensamento anti-sistêmico, ela consegue perceber que o subdesenvolvimento e suas estruturas internas são a contra-cara do desenvolvimento interno dos países centrais. Isto é importante, e a noção de Sul Global não dá conta disso. Naquele momento, o desenvolvimento, era pensado de maneira muito limitada, com base no aumento do PIB *per capita*, na industrialização, aumento do consumo de bens duráveis, entre outros. A CEPAL fazia parte disso, mas, mesmo assim, conseguiu ver que existia uma estrutura envolvendo centro e periferia que não era simplesmente uma questão de gradação, mas da necessidade do sistema de construir periferias e reatualizá-las a todo momento.

Vou pular aqui vários outros elementos para chegar mais rapidamente à teoria da Dependência, construída no âmbito da América Latina, com os exílios, e que, no caso do Brasil, teve uma grande tradição. Ficava cada vez mais nítido que as estruturas internas dos países eram incapazes de promover o progresso com o qual a CEPAL sonhava – desenvolvimento econômico como em um capitalismo desenvolvido –, justamente porque os mecanismos de acumulação das classes sociais e de reprodução do capital estavam construídos segundo os interesses dos países imperialistas, porém com gerentes internos. A ideia de estamento gerencial que Darcy Ribeiro expõe no seu fantástico livro "Dilema da América Latina" mostra que o que estava em jogo aqui é a própria estrutura do capitalismo. A dependência seria não apenas a contra-cara do sistema capitalista, em geral, mas também a contra-cara da etapa imperialista do sistema capitalista. Aliás, poderíamos aqui dar um passo atrás e pensar no que acontecia então fora da América Latina: eu vejo as teorias do imperialismo como uma face da teoria sobre o Sul Global, antes de ela se chamar assim.

A teoria da Dependência vai recolhendo pouco a pouco toda uma tradição crítica latino-americana, que, mais recentemente, tem sido retomada. Assim, já sabemos que existiam aqui estudos sobre o racismo antes dos estadunidenses exportarem seus estudos sobre raça e gênero. Eric Williams, que foi Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago, escreveu, na década de 1940, o livro "Capitalismo e escravidão"¹, no qual ele já mostrava como a escravidão, e, portanto, o racismo moderno, é produto da expansão capitalista europeia, ibérica e, posteriormente, da Grã-Bretanha. Já se havia então formulado a ideia de um racismo estrutural, um racismo presente na estrutura do sistema capitalista, funcionalizado para criar divisão dentro da classe trabalhadora e aumentar a exploração dessa classe, o que era fundamental para se consolidar o Norte Global. Poderíamos continuar aqui explorando essa genealogia, mas, para concluir, me parece interessante mencionar as atualizações da teoria do Imperialismo, que tem começado a empregar o conceito de Sul Global. As teorias do Imperialismo foram importantes em si mesmas porque mostraram as contradições do sistema capitalista em seu centro, ou seja, a ampliação da monopolização, a centralização e concentração do capital, a necessidade de busca de matérias-primas estratégicas para cada padrão tecnológico, a necessidade de jogar o excedente de capital para lugares que propiciem maiores lucros.

É de Marx a ideia de movimentos que o capital precisa fazer para superar suas contradições ou para alargar temporalmente as suas contradições, e está nos livros II e III de "O Capital". E as teorias do Imperialismo, seja com Lênin, com Rosa Luxemburgo ou Nikolai Bukharin, vão mostrando que essa periferia do mundo, esse Sul Global, é um lugar de deságue das contradições do capitalismo central, o qual vai construindo essa periferia à nossa imagem e semelhança, mas de acordo com as suas necessidades. A ideia de acumulação por despossessão, por espoliação, é tratada por Harvey, e a necessidade de sempre se ocupar territórios não capitalistas é tratada por Rosa Luxemburgo de uma forma matizada. Harvey pensa que, atualmente, a acumulação por despossessão é o elemento fundamental da expansão imperialista, e que a ideia de imperialismo tem perdido um pouco sua função. Em Lênin está a ideia de exportações de capitais, ou seja, de que é necessário exportar capitais para regiões com maior taxa de lucro e, portanto, construir uma articulação entre capital estrangeiro e força de trabalho. De fato, essa ideia do capital financeiro nascente e sua exportação para a periferia do sistema está na matriz leninista do Imperialismo, e nos dá pistas para explicar tanto a crise da dívida na América Latina dos anos 1980, por exemplo, como o papel da dívida pública e a estrangeirização cada vez maior da dívida pública do Brasil, os problemas da dívida externa na Argentina, a questão da fuga de dólares e do calote eminente, entre outras questões.

Enfim, tentei aqui explicar brevemente alguns conceitos e categorias que estão por trás da ideia de Sul Global. Talvez eles sejam um pouco mais potentes e dotem de mais concretude a ideia de uma divisão entre Norte e

Sul do que a ideia de Sul Global. Mas acho positivo que essa noção surja e seja discutida, principalmente depois que a academia e também a política compraram a ideia de globalização, de um mundo já sem centros e periferias, onde cada um teria a possibilidade de se desenvolver de acordo com as suas potencialidades naturais, entre aspas.

Marcelo Tramontano: No conjunto de ideias e conceitos que você tão bem explanou, eu sugiro que procuremos situar a China, por sua crescente importância na cena internacional e sua vinculação, em princípio, ao Sul Global. Talvez não seja simples acomodá-la em uma categorização que classifica o mundo em imperialismo, semi-periferia e periferia. Há o debate sobre se a China é ou não um país imperialista, pois ela não costuma visar a presença militar em outros países, como fazem países imperialistas, mas, por outro lado, adota certas estratégias comerciais e extrativistas, como no projeto das Novas Rotas da Seda. Como você vê essa questão?

Diógenes Moura Breda: Bem, eu não sou especialista em China, mas, neste caso de periferias que assumem outra posição no sistema global, que ascendem ao *status* de país capaz de disputar a hegemonia, o primeiro aspecto importante a se pensar é que, na história moderna, esta ascensão sempre foi resultado de revoluções. São pouquíssimos os países que, dentro do capitalismo, saíram da condição periférica. Isso é muito importante, porque, quando se pensa na China, temos que considerar a Revolução Chinesa, de 1949. Poderíamos também pensar na Revolução Russa, que chegou a dividir o mundo durante todo o século XX. Há o caso de Cuba, na América Latina, um país totalmente bloqueado e minúsculo, se comparado com outros países do Caribe, e que constitui uma resistência milagrosa, pois sustenta altos índices na educação e baixos níveis de mortalidade infantil. Cuba só conseguiu isso a partir de uma revolução. E em Economia, ao se estudar exemplos mundiais das transformações das indústrias e as cadeias de valor, com frequência surge o caso da Coreia do Sul como um lugar de possibilidade de se desenvolver, dentro do capitalismo. A Coreia do Sul se industrializou após a guerra da Coreia – portanto, pós anos 1950 –, financiada pelos Estados Unidos, cujo interesse era construir um pólo de resistência no Extremo Oriente. Ela ocupa um lugar estratégico na península coreana, principalmente em relação à China. O montante de fundos estadunidenses enviados à Coreia do Sul para desenvolver o país foi, então, gigantesco. Trata-se aí de um processo que não resultou de uma revolução, mas que também não foi um processo de “desenvolvimento endógeno”, em que as forças produtivas internas tenham ido avançando autonomamente. Pelo contrário, o auxílio dos Estados Unidos foi fundamental.

O que eu quero mostrar é que não se pode pensar a ascensão hegemônica da China, ou sua categorização como imperialista, sem reconhecer o fato da Revolução Chinesa. A construção da China contemporânea, que disputa as tecnologias de ponta, como a Inteligência Artificial, a computação em nuvem, a computação de grandes quantidades de dados, das redes de comunicação mais modernas, como o 5G e 6G, a China que está na vanguarda das pesquisas sobre computação quântica e super condutores não é um produto da abertura econômica do final da década de 1970. Uma interpretação corrente, que tenta justificar o caráter eminentemente capitalista da China atual, é que o país só se desenvolveu a partir do final da década de 1970, quando abriu sua economia ao investimento estrangeiro nas zonas econômicas especiais, conseguindo, assim, apropriar-se das tecnologias das empresas que investiram ali. Quase como se uma Zona Franca de Manaus ou as maquiladoras do México pudessem, por exemplo, produzir a mesma coisa. Mas não, os resultados são substancialmente diferentes.

Desde 1949, já havia, nos planos econômicos quinquenais de Mao Tsé Tung, um planejamento da construção de capacidades produtivas e tecnológicas da indústria pesada chinesa, da siderúrgica, da metal mecânica, que possibilitam a existência, hoje, de um setor de alta tecnologia no país. Não se cria um setor de alta tecnologia a partir do nada. A complexidade industrial só pode ser construída em etapas, e a China iniciou essa construção lá nos primeiros anos que se seguiram à Revolução Chinesa. Esse processo avança até a grande virada, que coincide com a abertura econômica dos anos 1970 e a criação das zonas econômicas especiais, dando um passo adiante em direção a uma matriz industrial que já existia. Então esse é o primeiro ponto: a China não criou o seu potencial tecnológico a partir das empresas estrangeiras que se instalaram lá. Dois: antes de qualificar a China ou de entender o lugar da China, é importante considerar que, na Revolução, a China destruiu uma classe dominante dependente, colonial, subdesenvolvida, colocou o Estado no centro do processo de planejamento e acumulação de capital, e construiu sua própria classe dominante: uma burguesia totalmente dependente do Estado e subordinada a ele. No recente caso da quebra da gigante Evergrande, o Estado chinês decidiu não salvar a empresa. É, talvez, um caso paradigmático porque, na crise de 2008, o governo dos Estados Unidos salvou a General Motors, os bancos e as construtoras envolvidos. No entanto, todos os chamamentos do governo chinês com os donos de grandes empresas do país, como Alibaba, Huawei, e outras, são eminentemente distintos de um capitalismo de mercado.

O Estado chinês controla e determina o investimento direto estrangeiro e o investimento direto chinês. O projeto das Novas Rotas da Seda, a busca por minerais estratégicos na América Latina, a compra e instalação de painéis solares e energia eólica na América Latina, por exemplo, só são possíveis se forem autorizados e estiverem de acordo com os planos do Estado chinês para a construção do país. É, então, importante perceber que não estamos diante de um país capitalista como estamos acostumados a compreender, como os Estados Unidos e a Europa Ocidental, e muito menos como os países dependentes. Houve uma revolução, e essa revolução permite fazer aquilo que os países dependentes, que não tiveram uma revolução, não conseguem estruturalmente fazer.

Sobre a polêmica sobre se a China é ou não imperialista, eu não afirmaria categoricamente que sim, ainda que traços de políticas econômicas imperialistas apareçam na China. Ela não invade militarmente nenhum país, ainda que existam disputas territoriais históricas com Taiwan, Hong Kong, e outras, mas o padrão de exportação de capital e disputa por matérias-primas e força de trabalho é um traço da política chinesa. E é natural que seja assim, pois a China faz parte da economia mundial. Ela está na Organização Mundial do Comércio, opera dentro de uma economia de mercado, sendo, portanto, inevitável que tenha que jogar segundo as regras do jogo do mercado. E de acordo com as regras do jogo de uma economia capitalista mundializada, só se constrói hegemonia econômica, que é a base para a hegemonia política, a partir de alguns pressupostos.

Primeiro, o domínio das tecnologias capazes de organizar o sistema econômico como um todo. A disputa da China no âmbito do 5G e do 6G, da computação em nuvem e da robótica contemporânea, por exemplo, tem um paralelo na disputa estadunidense na década de 1970, com o Japão e a Alemanha, pelo domínio dos setores tecnológicos de ponta. Digamos que estamos, atualmente, em uma fase superior dessa disputa. Por que é importante dominar os setores de ponta? Não é só para mostrar que o país é potente, ou que é capaz de enviar alguém à Lua. É que, dentro da tradição marxista, os setores de ponta – aqueles setores que podem ser monopolizados e que, hoje em dia, estão totalmente vinculados com a Ciência e Tecnologia – permitem a obtenção de lucros extraordinários. É a hegemonia dos setores de ponta que permite estabelecer preços acima da média, determinar quais são as outras tecnologias dominantes às quais todo o sistema tem que se subordinar e, portanto, obrigar os demais a adquiri-las do país que as detêm.

Um exemplo atual é que ninguém, nem nenhum setor econômico, vive sem computadores. Das entregas às plantas industriais, a computação, o cálculo numérico e a informática estão presentes. Toda planta industrial tem que ter computadores, assim como todo entregador de iFood tem que ter um computador no celular. Essa tecnologia é o "equivalente geral tecnológico", que é como a pesquisadora mexicana Ana Esther Ceceña denomina as tecnologias que organizam o sistema econômico como um todo. Nesse sentido, a atual disputa pelo 5G e o 6G, pela Inteligência Artificial e pela computação em nuvem nada mais é do que a disputa para dominar a tecnologia que vai organizar todo o sistema econômico, a nível mundial. Assim, por jogar esse jogo mundial e disputar essa hegemonia, a China tem, necessariamente, que disputar os setores de ponta.

Segundo: o domínio dos insumos básicos e estratégicos para a produção e reprodução ampliada, que é outro aspecto fundamental da hegemonia. A China tem investido na mineração, na extração de petróleo, disputando inclusive o pré-sal brasileiro. Ela vem investindo pesadamente na América Latina, buscando parcerias com a Bolívia e a Argentina para a produção do lítio. E o que é o lítio? É o elemento chave das baterias, e, portanto, da disputa pela transição energética. Quem dominar as fontes de lítio e o seu processamento terá uma grande vantagem. A China disputa esse domínio investindo, e esse investimento inevitavelmente transfere uma parte das riquezas – uma parte de mais-valia – para a China, em detrimento dos países periféricos. Esse traço é também inevitável. A China não intervém militarmente nos países, mas também não constrói revoluções neles. Mesmo com Bolsonaro no poder, ela continua investindo no Brasil e vai continuar investindo, independentemente do partido que ganhe as eleições presidenciais em 2022. No campo econômico, a China tem, portanto, traços de política imperialista.

Finalmente, acho que este tema demandaria um aprofundamento em pesquisa. Teríamos que ver, nos países que possuem um projeto nacional autônomo de soberania, se eles conseguem negociar com a China em termos que não sejam próprios dos padrões imperialistas. Essa é a questão e, para ela, não tenho resposta. Teríamos que pesquisar, por exemplo, como são os acordos com a Bolívia em relação ao lítio, e em que medida esses acordos diferem das formas tradicionais de investimento estrangeiro na área da mineração. No projeto das Rotas da Seda, é necessária uma pesquisa como essa, porque a China vai, por exemplo, prover infraestrutura a alguns países africanos. Essa infraestrutura visa escoar que tipo de produção? Seria para transportar produtos produzidos a partir da reconstrução desses países, ou para exportação de soja e petróleo, que são, em grande medida, as produções de interesse da China?

Então não creio que exista o exercício de um imperialismo clássico chinês, mas eu diria que existem traços de políticas imperialistas, principalmente no plano econômico. Elias Jabbour acaba de lançar um livro² sobre a China, em que ele a classifica como socialista e como um exemplo de uma nova formação econômica social, digamos, um socialismo de mercado. Eu acho que o socialismo pressupõe um caminho rumo ao fim das relações de produção baseadas na mercadoria, e todos os seus elementos de fetichização e alienação. Pelo que eu vejo, não é o que está acontecendo na China até agora, embora possa vir a ser um caminho. Li na semana passada que uma das preocupações atuais do governo chinês é o alto nível de consumo ocidentalizado das classes médias do país. Seus padrões de consumo são basicamente aqueles espelhados ou oriundos de um *american way of life* – o celular, o automóvel, roupas novas, computadores, apartamento, etc. Tudo isso parece um pouco distante de uma construção socialista do ponto de vista, por exemplo, do pensamento do Che Guevara, de um ser humano novo.

Marcelo Tramontano: Queria encaminhar a conversa na direção de um olhar sobre as relações Norte-Sul, mais precisamente sobre os modos como o Norte lida com o Sul, em dois aspectos. Na produção das tecnologias de ponta, que você mencionou, o lugar do Sul parece continuar sendo o de fornecedor de matérias-primas, como o lítio boliviano e argentino, por exemplo. Essa relação, que renova a prática do extrativismo entre países centrais e periféricos, tem talvez sua face mais contemporânea em uma dimensão tecnopolítica, que é a sangria de dados pessoais dos cidadãos do Sul, que vão alimentar os imensos bancos de inteligência artificial do Norte. Esse uso não autorizado de dados pessoais – em geral, até desconhecido ou apenas suspeitado – contrasta com outro aspecto das políticas do Norte em relação aos cidadãos do Sul, que consiste em "deixá-los morrer", seja na tensão dos movimentos migratórios para entrada na União Europeia e Estados Unidos, seja na repartição desigual de vacinas contra a COVID-19, em países africanos, asiáticos e alguns países latino-americanos. Trata-se de duas questões distintas, mas que repousam sobre uma mesma compreensão, ainda colonial, do lugar do Sul no mosaico de interesses dos países centrais.

Diógenes Moura Breda: Durante os quatro anos em que vivi no México, quando fiz meu mestrado, eu acompanhei o debate sobre a necropolítica, sobre esse "deixar morrer". Tratava-se da reatualização daquilo que Aimé Cesáire denunciava no discurso sobre o colonialismo, que era a consideração dos latino-americanos, dos periféricos, dos negros, como seres humanos de categoria inferior e, portanto, passíveis de morte. Na América Latina, essa noção está em constante reatualização, sempre se modernizando, porque as ideias de modernidade e barbárie caminham juntas. A história da modernidade ocidental se constrói calcada na barbárie na periferia, e está em constante reatualização. No caso do México, esse cenário era muito trágico porque ficava muito nítido que, quanto mais o país se abria aos investimentos estrangeiros, sobretudo estadunidenses, após o Tratado de Livre Comércio de 1994, e quanto mais o discurso da modernidade era apresentado, mais aumentavam os índices de feminicídio, mais crescia o desastre dessa tragédia intencional da migração centro-americana, e também, obviamente, todo o setor do narcotráfico.

É comum ouvirmos que se trata de "uma desagregação do tecido social". Mas seria talvez preciso pensar que essa deterioração do tecido social é a única consequência possível da ampliação dos interesses imperialistas nos países periféricos, e da abertura desses países para os interesses imperialistas dos países centrais. Não há outro padrão de comportamento possível. No Brasil, por exemplo, uma certa modernidade vem sendo apresentada nos motes "o agro é tech", "o agro é pop". Essa ideia do moderno coincide com o momento em que a fronteira agrícola se estende pela Amazônia, com o momento em que a ofensiva sobre os povos indígenas é, talvez, mais intensa do que nunca, tanto do ponto de vista discursivo, quanto do real. É, então, importante sempre analisarmos essa conexão entre modernidade e barbárie, entre modernidade e inferiorização daquilo que os povos centrais consideram como subalterno e descartável. Seja nas indústrias maquiladoras, na fronteira mexicana, sejam bolivianos em algum quarto escuro, na cidade de São Paulo, trata-se da mesma ideia racista de que "o indígena quer ser como nós", ou seja, humanos. Esta atitude desconhece a humanidade que há nessas culturas, incluindo as potencialidades de uma "modernidade alternativa", como formuladas pelo filósofo equatoriano Bolívar Echeverría.

Parece-me que essa ideia da necropolítica, ou a ideia de que somos descartáveis – nós, povos do Sul, em geral e, em especial, negros, mulheres negras, indígenas e povos originários –, está na raiz da nossa fundação como América Latina. Sem usar o termo de forma moral, o processo civilizatório que Darcy Ribeiro menciona, e que deu origem a essa região do mundo, é um processo extremamente violento. A ideia de deixar morrer os povos indígenas e negros atravessa a nossa história, e só foi rompida ou amenizada naqueles períodos em que projetos alternativos formularam tentativas de se sair desse lugar periférico dependente. Esses projetos – e aqui estamos falando de Cuba e Haiti – estabelecem um limite, ao afirmar que não é mais admissível deixar morrer. Mas fora esses projetos, que são atacados, há um processo constante de morte, de desumanização, que sempre reaparece de formas novas, reatualizando-se à medida em que o capitalismo se moderniza.

Não se trata de retrocessos, como se ouve com frequência. Esta é uma questão interessante, que eu gostaria de ressaltar: o que estamos vivendo hoje, no Brasil e em vários países da América Latina, não é um retrocesso. Para mim, é a adequação a uma função nova atribuída à América Latina. E que função nova é essa? É a reprodução, em termos modernos, daquele antigo papel de exportadora de produtos primários e produtos agrominerais. Sabemos que, do ponto de vista econômico, nenhum país se desenvolveu exportando minério de ferro e soja. E é fundamental perceber que, desde o final da década de 1980, aquele sonho de uma América Latina industrializada, justa, com distribuição de renda, acaba. A chegada do neoliberalismo, nos anos 1990, impõe novamente ao continente a função de exportadora. Esse processo se estende pelos anos 2000, mesmo dentro dos governos chamados "progressistas", e, hoje, assistimos à sua consolidação.

Resta muito pouco, aqui, de alguma capacidade industrial autônoma, ou alguma estrutura científica e tecnológica capaz de atualizar a região como a China se atualiza. A dramaticidade da situação latino-americana é muito mais aguda do que a chinesa, porque implica uma mudança muito mais radical. Pequenas reformas já não serão capazes de devolver, ao Brasil e à América Latina, seu passado supostamente industrializado e industrializador. Serão necessários processos mais radicais, o que, até o momento, não se configura, exceto em poucos países, como o Chile. Poderíamos discutir até onde irá esse processo, mas essas rupturas, que sempre voltam a aparecer, também são uma exigência para qualquer projeto emancipador do nosso continente. Elas ganharam algum ímpeto na tentativa de construção da ALBA³, da CELAG⁴, do Banco do Sul⁵, todas iniciativas de setores de países avançados que tentaram rupturas, como Venezuela e Bolívia. Os países ditos progressistas, ou que menos radicalizaram esse processo, como Brasil e Argentina, tentaram jogar dentro das regras vigentes, dentro da velha estrutura industrial, buscando o desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento que surgiu no Brasil e na Argentina, nos anos Lula e Dilma, foi a de instrumentos de financiamento, como o BNDES, a expansão de capitais brasileiros para o exterior, o fortalecimento do Mercosul – que, atualmente, é uma plataforma de exportação das multinacionais, principalmente da indústria automotiva. Essa foi a tônica desses governos progressistas, incapazes de entender que precisamos de um outro padrão de integração.

Esse outro padrão de integração tem que ser construído a partir de um projeto continental de grande envergadura, que possa construir a modernidade alternativa, formulada por Bolívar Echeverría. Mas o que é uma modernidade alternativa? Segundo Echeverría, é a ideia de que é possível criar e usar técnicas e produzir conhecimento para acabar com a escassez, permitindo que todo mundo se alimente, vá para a escola, etc. Essa ideia é uma palavra de ordem da modernidade ocidental porque significa o domínio da ilustração, da ciência e da racionalidade técnica como fim da escassez. Essa ideia não consegue se concretizar devido à sua relação íntima com o capitalismo, que é incapaz de dar à modernidade, a esse sonho moderno, algo que não seja o cinismo. Dentro do capitalismo, o ideal de liberdade, igualdade e fraternidade vira um cinismo. Para Bolívar Echeverría, o socialismo – essa construção alternativa, essa ruptura – poderia construir uma modernidade alternativa. Não significaria simplesmente voltar ao tempo das civilizações incaicas, tupinambás, mexicas, maias, mas construir conhecimentos aliados ao conhecimento moderno, capazes de superar a escassez.

Quando falamos de modernidade, de relações Sul-Sul, de projetos alternativos e do atravessamento desses projetos com uma ciência moderna ocidental, com um conjunto de técnicas que desconsideram a humanidade dos povos indígenas, dos povos de matriz africana, e, portanto, desconsideram suas técnicas, seus modos de fazer, seus modos de vida, como, então, construir projetos que incorporem esses modos de vida e modos de fazer, essas técnicas e visões de mundo, à necessidade atual de produzir alimentos, transformar as estruturas urbanas do país, às demandas de mobilidade urbana, à construção de casas para todos, saneamento básico, etc.? Na América Latina, significa construir outro padrão de integração, de ruptura, ao mesmo tempo em que construímos aqui uma modernidade alternativa. Que não é a modernidade do "Agro é tech, o Agro é pop", mas uma modernidade que incorpore, ao modo de fazer moderno, esses saberes, conhecimentos e técnicas ancestrais.

Os estudos decoloniais e pós-coloniais ressaltam a função do conhecimento ocidental, eurocêntrico, e com razão. Porém, no livro "Técnica e civilização", Lewis Mumford abre uma brecha nessa prática ao mostrar que todas as técnicas modernas, que produziram a Revolução Industrial, eram derivadas de técnicas chinesas e árabes. Nossa numeração, que é arábica, e os conhecimentos de termodinâmica, por exemplo, não são propriamente europeus. Em algum momento da história, a Europa conseguiu sintetizar esses conhecimentos, por diversas razões, mas, do ponto de vista técnico, a matriz da modernidade tem algo que Mumford chama de sincretismo técnico. Ou seja, tem algo que não é só capitalismo, mas um substrato da ideia de se conseguir estabelecer um metabolismo entre o ser humano e a natureza, conhecendo, portanto, as leis e as regularidades da natureza, a qual não é essencialmente capitalista. O capitalismo chama isso de domínio: vamos dominar a natureza e construir técnicas visando a valorização do valor, a acumulação de capital. Mas Mumford diz que, dentro dessa modernidade, há um substrato que pode ser apropriado por outras

civilizações, por outras sociedades, inclusive não capitalistas. Bolívar Echeverría recupera isso e formula a ideia de modernidade alternativa. Assim, se, independentemente de a China ser imperialista ou não, a América Latina quiser ser capaz de negociar com ela a construção de padrões diferentes, é necessário construir uma articulação, uma integração latino-americana que não seja apenas comercial, financeira ou para complementação das nossas produções, mas uma integração de projetos.

Marcelo Tramontano: Há algo que você disse que me entristece, particularmente – e creio que entristecerá a toda pesquisadora e pesquisador da periferia do mundo – que é essa sina de sermos constantemente recolocados no papel de fornecedores de *commodities* para os países industrializados, forçados a abrir mão do direito de definir os caminhos da nossa própria produção técnico-científica. Desse ponto de vista, você argumentou que o desmonte institucional e produtivo que vivemos hoje, no Brasil e em todo o Sul, não seria um retrocesso, mas uma readequação ao nosso eterno papel de exportador de matérias primas. Dessa mesma ótica, eu gostaria que você comentasse sobre o lugar da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica, e sua divulgação, na atual divisão mundial do trabalho.

Diógenes Moura Breda: Este é um tema pelo qual tenho grande interesse. Acho importante recuperar algumas pessoas pouco conhecidas no campo da Ciência e Tecnologia, como o argentino Oscar Varsavsky, um químico e matemático de origem polonesa que trabalhou com Darcy Ribeiro, e o próprio Darcy Ribeiro, no livro "A universidade necessária". O livro de Varsavsky, "Ciência, política e cientificismo" é importante porque na divisão internacional do trabalho existe também uma divisão internacional do trabalho científico e da produção de conhecimento.

Ora, se o que estamos chamando de tecnologia de ponta é o que permite o domínio, os lucros extraordinários, as transferências de valor, as trocas desiguais, e sendo a ciência hoje uma força produtiva importantíssima – os laboratórios de pesquisa e desenvolvimento e as universidades são de onde saem essas novas tecnologias –, é natural que o Norte queira monopolizar esse conhecimento. Da mesma forma que é natural que os países centrais construam um sistema científico mundializado capaz de provê-los dos conhecimentos que eles julgam necessários, de modo que a produção de conhecimento de ponta permaneça nesses países. As empresas multinacionais, por exemplo, não instalam laboratórios super refinados em países periféricos. Porém, um fenômeno importante é que a estrutura científica mundial, organizada nas revistas dos países centrais, é um sorvedouro de conhecimento produzido na periferia, sobretudo naqueles países que possuem sistemas universitários mais ou menos robustos, como é o caso do Brasil, apesar da precarização que vem sofrendo.

Em alguns setores muito específicos, existem laboratórios de excelência – caso do acelerador de partículas Sirius, da UNICAMP –, mesmo sem ter um projeto científico de soberania. Estes centros de excelência acabam por funcionar como apêndices dos centros de pesquisa dos países centrais. Como assim, apêndices? Nas Ciências Humanas, esse processo é bastante visível, pois existe uma estrutura de produção acadêmica centralizada nos países centrais. Na ausência de um projeto científico nacional, o professor de um país periférico que quer avançar na carreira, não se insurge contra a estrutura acadêmica, mas joga o jogo dessa estrutura. Ele vai, então, fazer o possível para aprender uma língua estrangeira – alemão, francês, inglês –, vai procurar se vincular com centros de pesquisa de países europeus e norte-americanos, vai enviar bolsistas para universidades de lá, receberá convites para palestras, e, de alguma maneira, internalizar bibliografias e as visões de lá em seus temas de pesquisa.

Isso é muito ruim por diversos motivos. Em geral, essa dinâmica produz pesquisadores muito competentes, mas que só sabem pensar temas e problemas estabelecidos lá fora. Não conseguem pensar seus próprios problemas, olhar para a América Latina, Brasil, Campinas, São Paulo, São Carlos, etc. E nos casos em que o pesquisador consegue olhar para o problema local, há uma espécie de deformação intelectual que faz com que ele enxergue esse problema com os olhos de lá, porque ele vai utilizar as bibliografias dos países daqueles centros de pesquisa que têm dinheiro para financiamento, que pagam bolsas de estudo, detêm as revistas A1, etc. Essa foi uma crítica tecida no embate entre pós-coloniais e decoloniais. Ela se baseia no argumento de que os pós-coloniais se utilizam de autores franceses, como Foucault, para discutir a ideia de periferia, por exemplo. É uma crítica pertinente, feita aos estudos pós-coloniais pelo sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel. A questão não é apenas a escolha da temática de estudo, mas com que olhos ela será enxergada.

Nas ciências humanas, essa questão é importantíssima, e só será possível revertê-la se ocorrer, em alguma medida, uma ruptura com essa linha que está plasmada no Lattes, e que corresponde à estrutura produzida nos países centrais. Nas ciências exatas ou naturais, a questão é ainda mais dramática, porque exportamos de graça conhecimento produzido em diversos centros públicos de pesquisa, como o Sirius, fruto de pesquisas financiadas com fundos públicos sobre biodiversidades da Amazônia, sobre novos materiais, no âmbito da indústria farmacêutica, etc.. A necessidade de internacionalização e de obter boas avaliações em *rankings* estimula esses pesquisadores a publicar em inglês. O resultado é que, dada a incapacidade de países, como o

Brasil, de transformar esses conhecimentos em tecnologias, em produtos – não apenas no sentido privado, capitalista, porque também poderiam tornar-se produtos públicos, como instituições e empresas públicas –, as empresas e o Estado dos países centrais se apropriam desses conhecimentos e os transformam em produtos exportáveis para nós.

Talvez a indústria farmacêutica seja o exemplo ideal desse processo. Toda a biodiversidade amazônica é há muito tempo utilizada para produzir anti-depressivos, analgésicos, anti-inflamatórios, etc, que compramos e pagamos em preço de patentes. Isso é interessantíssimo porque, na área médica e nas ciências biológicas, o Brasil é um dos grandes publicadores acadêmicos da periferia do sistema e, apesar disso, importamos cerca de 95% de todos os insumos farmacológicos que utilizamos. A ideia se plasma no setor da saúde, e agora, na pandemia, ficou muito mais nítida com a questão das vacinas. Nós temos a Fundação Fiocruz e o Instituto Butantã, mas não produzimos nossa própria vacina. Empacotamos as vacinas estrangeiras da AstraZeneca e da Sinovac, e tivemos que pagar para usar essas vacinas em um momento de escassez mundial, em 2020.

Percebe-se, então, que, na hora de transformar esses conhecimentos científicos em produtos para solucionar os grandes problemas da população, a universidade, que é um apêndice dos centros de pesquisa dos países centrais, é incapaz de atuar rapidamente e de maneira eficaz. É claro que isso não quer dizer que não haja pesquisadores locais que nadam contra a corrente, que se vinculam de forma orgânica à produção de conhecimento para a transformação social. É óbvio que existem, e eu diria que não são poucos. A questão é que a universidade como instituição funciona de modo contrário a isso. Então, esses pesquisadores que querem produzir conhecimento para a soberania, fazer a transformação social, resolver problemas fundamentais da sociedade brasileira e latino-americana, têm que recusar a universidade. Eles pagam um preço por isso, pois, como existem poucos institutos de pesquisa fora da universidade, eles se encontram em um beco sem saída. É muito difícil sair disso. Tem que ter muita coragem e vínculo coletivo, coisa que a academia foi destruindo nesse processo de hiper individualização, que também é funcional a essa produção de conhecimento alienado, colonizado e exportado para outros centros de pesquisa.

Marcelo Tramontano: Excelente, Diógenes. Inclusive, sem querer alongar essa questão, mas nós percebermos com clareza uma parte do processo que você descreve e critica, a partir de um dos sub-sistemas do sistema maior que você mencionou. Ele é composto pelas grandes editoras internacionais, que criaram tanto os *rankings* de avaliação das universidades, quanto os *rankings* dos periódicos acadêmicos que essas mesmas editoras indexam. E, obviamente, um dos principais critérios para classificar as universidades é a quantidade de publicações nos periódicos indexados por eles. Trata-se, no fim, de uma enorme perversidade.

Diógenes Moura Breda: Sim, é uma perversidade tão generalizada, que inclusive nos atinge, aos setores de esquerda, porque volta e meia surge uma moda, um impulso. A ideia de Sul Global, por exemplo, ou os estudos sobre a questão racial, que dão destaque aos autores dos Estados Unidos e que apenas muito recentemente foram resgatar Clóvis Moura, Lélia Gonzales, Abdias Nascimento, e outros que padeceram de ostracismo no Brasil. É tão perverso isso que, na ausência de uma estrutura editorial autônoma, que vá republicando, atualizando, fazendo edições críticas de uma tradição intelectual existente, como, por exemplo, a questão racial no Brasil, acabamos importando os modelos de fora. Claro que não vou dizer que a Angela Davis não serve, porque seria um absurdo. Mas a questão é que o vetor determinante muitas vezes acaba sendo o de fora para dentro, e não há a recuperação dos nossos próprios pensadores, intelectuais orgânicos, que estavam e estão aqui produzindo conhecimento. Nós também, nos estudos sobre transferência de valor, intercâmbio desigual, teoria da dependência, quando nos damos conta, percebemos que estamos lendo apenas dois ou três autores em inglês. Então é meio brutal. De fato, é necessário um esforço de ruptura contra essa hegemonia da produção de conhecimento.

Marcelo Tramontano: Diógenes, uma última pergunta: diante de tudo isso de que falamos aqui, o futuro lhe parece promissor?

Diógenes Moura Breda: Bem, eu acabei de ter uma filha, faz um mês e uma semana, chamada Leonora. Então eu acho que tenho a obrigação de acreditar que o futuro será promissor. Temos que construir esse futuro. Creio que essa é uma questão de utopia, de caminho, e de não se dar por vencido. Porque olhando para o que está posto hoje, eu sento e choro. Não vejo por que devo concluir a pós-graduação, não sei por que ter filhos... Tudo conspira contra aquilo que é vida, tudo conspira contra a criação, contra construir uma nação, um país, um povo, uma América Latina socialista, integrada, soberana e justa. Tudo conspira contra.

Agora, o que nós fazemos com isso? Em primeiro lugar, é preciso entender que a história não está feita. O futuro não está dado, não existe uma teleologia da história, nem algo que aponte para uma necessária hecatombe, um fim da humanidade: não existe futuro dado. Mas, se há uma coisa à qual o ser humano está

condenado, é a construir sua própria história. Estamos condenados a construir a nossa forma de vida, porque não está programado no nosso material genético como vamos produzir, trocar, amar e estabelecer coletivos. Somos um código aberto, e esse código aberto estabelece a condenação de ter que pensar o nosso futuro. Então, eu digo que com o pessimismo da razão e o otimismo da ação, eu sou obrigado a considerar o futuro como promissor e a trabalhar para isso acontecer.

1 WILLIAMS, E. **Capitalismo e escravidão**. 1944. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

2 JABBOUR, E., GABRIELE, A. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.

3 Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América. Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Aliança_Bolivariana_para_os_Povos_da_Nossa_América.

4 Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica. Ver: <http://ww.celag.org>.

5 Ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_do_Sul.